

A política de expansão dos institutos federais: critérios para surgimento de novas unidades

The expansion policy of federal institutes: criteria for the emergence of new units

Welitton Alves da Cruz¹

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Duque de Caxias, RJ, Brasil

Resumo: No ano de 2024, o Ministério da Educação divulgou a implantação de mais de 100 unidades dos Institutos Federais de Educação no Brasil, e para que o território periférico seja de fato contemplado por essa política expansionista de oferta educacional são necessários recursos humanos, estrutura física, disponibilidade orçamentária, entre outros fatores. Este artigo tem como objetivo compreender processo histórico e as contradições presentes na política de expansão dos Institutos Federais de Educação do Rio de Janeiro, tendo presente os critérios utilizados para a ampliação nesse território. Metodologicamente usa-se um levantamento bibliográfico e analítico tendo por abordagem o materialismo histórico e dialético. Os resultados apontaram dificuldades na concretização da ampliação dessa oferta nos territórios, pois as unidades em funcionamento estão localizadas em estruturas já existentes e estão sujeitas às políticas de governo, que a cada quatro anos estabelecem novas prioridades, tendo por consequência o sucateamento das instituições, combinado com a precarização do trabalho formativo e humano.

Palavras-chave: Expansão; periferia; Educação Profissional; IFRJ.

Abstract: In 2024, the Ministry of Education announced the implementation of more than 100 units of the Federal Institutes of Education in Brazil. For the peripheral territories to be effectively included in this expansionist policy of educational provision, human resources, physical infrastructure, budgetary availability, and other factors are necessary. This article aims to analyze the expansion of institutes by the Federal Institute of Education of Rio de Janeiro, addressing the criteria used for expansion in this territory. Using a qualitative approach, through bibliographic and analytical research, it seeks, through historical dialectical materialism, to understand the historical process and the contradictions present in this policy. The results point to difficulties in realizing the expansion of this provision in the territories, as the operating units are located in existing structures.

Keywords: Expansion; periphery; Professional Education; IFRJ.

¹ Mestre pelo PPPGECC/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias), Rio de Janeiro. Pedagogo no IFRJ – campus Paracambi. Formado na UEMG, Carangola/ MG. Licenciado em História (UFES – ES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7305-4358>. E-mail: wacwelitton@gmail.com.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

Nas últimas décadas, observamos um crescimento da política de expansão dos Institutos Federais de Educação pelo Brasil. De acordo com Frigotto (2018) essa política foi motivada pelas pressões econômicas políticas e sociais no contexto histórico da modernização capitalista. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 2008, nos dão a perspectiva de maior ampliação de oferta de cursos técnicos e superiores, bem como as demais diretrizes previstas na Lei Nº 11.892/2008, esta, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O processo de expansão representa a ampliação da quantidade de vagas para os trabalhadores periféricos, de modo a produzir melhores condições de acesso à Educação Profissional, mas não chega a universalização profissional, considerando o contingente de jovens/adolescentes que ficam excluídos desse serviço público.

O Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) surgiu a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis, que hoje é o *Campus Nilópolis*, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). De acordo como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2014-2018, a origem desta instituição remete à década de 1940, com o Decreto-Lei Nº. 4.127, que cria a Escola Técnica de Química/RJ (ETFQ-RJ). Em 1990 ela é ampliada, sendo criada a Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis (UNED). Em dezembro de 1994, por meio da Lei Nº 8.948/94 foi criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL,1994) e a previsão de transformação das escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Nesse sentido, criou-se a possibilidade para que as escolas agrotécnicas federais também fossem alçadas a esta nova condição. Em 1999, a ETFQ-RJ foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ), tendo suas finalidades ampliadas e mudança de sede para o município de Nilópolis, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

Na expansão de suas unidades Maracanã e Nilópolis no ano 2001, foram implantados novos cursos técnicos de nível médio: o Curso Técnico em Meio Ambiente e o Curso Técnico em Laboratório de Farmácia (atual Curso Técnico em Farmácia), ambos na Unidade Maracanã (atual Campus Rio de Janeiro); e, o Curso Técnico em Metrologia, na Unidade do Município de Nilópolis.

Com o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, o Ministério da Educação cria o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) (BRASIL, 2005) que induziu a criação de cursos profissionalizantes de Nível Médio para qualificar e elevar a escolaridade de jovens e adultos criando o curso Técnico de Instalação e Manutenção de Computadores.

Entre 2005 e 2008 o CEFETEQ iniciou uma segunda fase de expansão, com a implantação das novas unidades: Núcleo Avançado de Arraial do Cabo (2005), com a oferta do curso Técnico de Logística Ambiental; Núcleo Avançado de Duque de Caxias (2006), com a oferta do curso Técnico de Operação de Processos Industriais em Polímeros; Unidade Paracambi no ano de 2007, com a oferta dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Gases e Combustíveis.

A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os IFs, resultou na transformação de escolas técnicas e agrotécnicas federais existentes e na criação de novos institutos, ampliando assim o acesso à formação profissional. As etapas que constituíram a expansão da Educação Profissional instituída nos Institutos Federais de Educação até 2008 estão relacionadas a mudanças na conjuntura política do Brasil.

Vale dizer que entre 2016 e 2022 ocorreram a reforma trabalhista e da Previdência. Os trabalhadores vêm perdendo seus direitos e conquistas às custas de um sistema que explora, retira direitos, muda a relação de trabalho, acentua-se a privatização por dentro da educação com maior ênfase, o que produziu adoecimento dos trabalhadores, o trabalho



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

intermitente, aumento do desemprego, ampliação da informalidade, entre outros aspectos que os separam ainda mais dos meios de produção.

Em 2023, eleito pela terceira vez para o mandato de presidente do Brasil Luiz Inácio assume com a perspectiva progressista. Desse modo, busca-se analisar a expansão do Instituto Federal do Rio de Janeiro no estado do Rio de Janeiro, na IV Fase e os efeitos iniciais a partir de 2024.

Metodologicamente se utilizou de uma pesquisa qualitativa, com abordagem alicerçada no materialismo, sendo as informações coletadas em fontes primárias e secundárias do Ministério da Educação, site do IFRJ e documentos que orientam a fase IV de expansão do referido instituto, buscando apontar constatações e as contradições neste processo. Assim, considera-se que entre o período de recorte temporal surgiram 6 (seis) unidades do Instituto Federal do Rio de Janeiro e nos dá a dimensão da ausência de estrutura na constituição dos institutos e a precarização dos cursos.

Analisar a política de expansão remete a intenção concreta e material frente às contradições que a sociedade capitalista nos mostra. Este estudo apresenta uma abordagem fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético. A pesquisa teve como foco a análise da expansão dos Institutos Federais de Educação no território periférico do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2024, especialmente as unidades do IFRJ. Buscou-se dessa maneira, compreender o processo histórico de expansão ao longo dos anos e as contradições materiais existente nessa política.

No primeiro momento buscou-se informações no site do Ministério da Educação (MEC) e no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), em documentos orientadores dessa política de expansão. No segundo momento foi realizada uma revisão das produções existentes no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de identificar os estudos referentes ao tema.

O Materialismo Histórico-Dialético foi desenvolvido por Marx e Engels no século XIX, que aprofundaram-se nos estudos da realidade social, histórica e econômica da sociedade.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

Essa revisão permitiu situar a política no contexto das dinâmicas sociais, econômicas e políticas brasileiras, destacando suas contradições inerentes e suas relações com a classe trabalhadora e também compreender este processo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Este estudo foi realizado com o recorte temporal entre os anos 2023 e 2025, utilizou-se o termo de busca “política de expansão dos Institutos Federais” no qual foram apresentados 78 trabalhos entre dissertações e teses. Ao aplicar o filtro no recorte pesquisado resultou em 15 trabalhos.

Para seleção dos estudos foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras chaves com os termos: expansão, periferia e trabalhadores, sendo selecionados dois trabalhos. A tese de Oliveira (2023), denominada “A formulação de políticas públicas, atores e ideias: expansão do ensino superior de 2003 a 2018” e a de Jesus (2023), com o título, “Institutos Federais: uma conquista contra-hegemônica da classe trabalhadora”. Em ambos os textos os autores destacam o marxismo como referencial teórico e os projetos políticos de curso como documentos de análise, bem como a política de expansão a partir de 2003. Essa seleção criteriosa evidencia a importância da aproximação teórica crítica para compreender as dinâmicas dos Institutos Federais, destacando os elementos de contradição social presentes no processo de sua expansão e reforçando o papel da análise histórica para melhor compreensão das políticas públicas educacionais no contexto brasileiro contemporâneo.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) pode ser compreendida pela perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, levando em conta as transformações sociais e suas contradições estruturais, tendo presente as forças produtivas e as relações de produção, bem como os conflitos entre as classes sociais e os interesses econômicos presentes nesse modelo apresentado pelo poder público. As políticas públicas voltadas para a expansão da educação profissional não atuam sozinhas, mas sugerem parcerias econômicas e sociais para sua concretização; parcerias estas em que o governo permite a abertura para as iniciativas do setor privado, ou seja, há o imperativo do modelo neoliberal adotado pelo país.

O Estado, ao criar novos institutos, por meio da política de expansão e interiorização amplia as vagas, dando maior acesso às escolas públicas federais e a formação de profissionais de nível



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

técnico, conforme as prerrogativas do mercado. Um indicativo dessa questão formativa está na Lei Nº 11.195/2005, que inclui as parcerias da iniciativa privada, bem como com os estados e municípios (Brasil, 2018). Assim, se de um lado, a política representa a ampliação de parcerias com os entes federados, por outro, nela há uma investida na reafirmação hegemônica do controle do capital nas propostas educacionais.

A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) promove a ampliação da interiorização dos institutos federais em todo o país, com o objetivo de proporcionar à população, a oportunidade de frequentar escolas de educação profissional, mantidas pelo governo federal, em diferentes modalidades e níveis. No entanto, Santos e Rodrigues (2011, p. 18) aponta que tal objetivo é formulado:

Sem levar em conta a necessidade de estabelecer uma política pública no sentido de solucionar os graves problemas de ordem socioeconômica, presentes na sociedade brasileira, e que contribuem decisivamente no fraco desempenho da educação básica no País.

Nessa perspectiva, a expansão cria maior volume e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) obedeceu basicamente a três fases, conforme apresentado por Santos e Rodrigues (2015, p.99):

As duas primeiras se deram durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que a fase I compreendeu o período 2005 a 2006; a fase II teve início no segundo mandato do governo Lula e foi lançada em 24 abril de 2007; a fase III teve início em 2011 e encerrou-se em 2014, compreendendo dessa forma o período da gestão (do primeiro mandato) da Presidenta Dilma Rousseff.

A política de expansão dos Institutos Federais apresentou maior visibilidade a partir de 2003, quando praticamente triplica, saindo de pouco mais de 180 unidades para 586 em 2023. De acordo com os dados presentes no site do Ministério da Educação (MEC), em 12 de março de 2024, é anunciada a criação de mais 100 novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). No Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) está previsto, nesta etapa, 06 (seis) unidades localizadas na Cidade de Deus e Complexo do Alemão, Município de Magé, Município de Belford Roxo, Município de Teresópolis e Município de São Gonçalo Brasil (2024). No Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão investidos R\$ 3,9 bilhões em obras, sendo R\$



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

2,5 bilhões para a criação de novos *campi* e R\$ 1,4 bilhões para a consolidação de unidades dos IFs já existentes, com a construção de refeitórios estudantis, ginásios, bibliotecas, salas de aula e aquisição de equipamentos. Cada nova unidade tem custo estimado de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 15 milhões para infraestrutura e R\$ 10 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliários.

De acordo com Skrowonski (2019, p. 81):

As fases de expansão da Rede Federal ocorrem a partir de 2005, em virtude da substituição pelo governo Lula da lei 8948/94, que constituía o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, paralelo ao sistema de ensino regular, pela lei 11.195/05, que possibilitou, legalmente, a retomada da expansão da Rede. Essa lei deu preferência ao estabelecimento de parcerias, inclusive com a iniciativa privada, na criação de novas unidades de ensino por parte da União, o que antes era previsto somente em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais.

De acordo com Pacheco (2013, p. 5) a expansão dos IFs somente foi possível pela colaboração entre Municípios, Estados e União.

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica. Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EaD).

A política de expansão da RFEPCT promove a ampliação da interiorização dos institutos federais em todo o país, com o objetivo de proporcionar à população a oportunidade de frequentar escolas de educação profissional, mantidas pelo Governo Federal, em diferentes modalidades e níveis. No entanto, os autores apontam que tal objetivo é

Formulado sem levar em conta a necessidade de estabelecer uma política pública no sentido de solucionar os graves problemas de ordem socioeconômica, presentes na sociedade brasileira, e que contribuem decisivamente no fraco desempenho da educação básica no País (Santos & Rodrigues, 2011, p. 18).

Antes da criação da Lei Nº 11.892/2008, a primeira fase de expansão, pensada a partir da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), ocorre entre 2005 e 2007. (BRASIL, 2008). Nela se estabelecem os critérios para criação da Escolas Técnicas, CEFETs, Unidades Descentralizadoras (UNEDs) enquanto política pública,



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

sob a perspectiva da educação profissional e tecnológica. É neste cenário de expansão da Rede Federal de Educação Profissional que está situada a criação do IFRJ *Campus* Paracambi- RJ. Essa primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional se deu com base em regiões com as seguintes características: 1) Realidade local, nas potencialidades estratégicas traduzidas pelos Arranjos Produtivos Locais e no compromisso com a inclusão social dos contingentes menos favorecidos; 2) Regiões ricas em recursos naturais apresentando muitas potencialidades estratégicas, com alguns Arranjos Produtivos Locais – APL's expressivos na região; 3) Regiões mais distantes dos grandes centros formadores, assim como as periferias² dos centros urbanos; 4) Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). (IFRJ, 2025).

A segunda fase da expansão, de acordo com o MEC, amplia a atuação dos Institutos Federais nas dimensões social, geográfica e de desenvolvimento, como mostra o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Dimensões da segunda fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional

Dimensões	Objetivos
Dimensão Social	• Universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania • Atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G10018; • Municípios com percentual elevado de extrema pobreza;
Dimensão Geográfica	• Atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas; • Universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; • Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; • Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior; • Oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional

² As localidades periféricas podem também ser compreendidas como ocupações espontâneas em espaços resultantes de uma expansão territorial que rompeu os limites do tecido urbano central. Diante de processos observados anteriormente, estes locais acabam se afastando cada vez mais das centralidades e passam a abrigar a população de baixa renda, adotando uma posição marginal em relação aos centros urbanos. Assim, a periferia manifesta-se de modo relativo e oposto a outro conceito, o de centralidade, cuja definição é igualmente complexa. Contudo, ambos estão atrelados à escala territorial em que são analisados e aplicados, fazendo com que a identificação da periferia não se realize de forma pragmática ou mesmo claramente demarcada, e sim de acordo com a escala de análise. Mapeamento de assentamentos informais: identidade e cidadania em Duque de Caxias – RMRJ- (Soares *et al.*, 2022).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

Dimensão de Desenvolvimento	• Municípios com Arranjos Produtivos Locais - APL identificados; • Entorno de grandes investimentos.
-----------------------------	--

Fonte: BRASIL, 2007.

As duas primeiras etapas tiveram por objetivo a construção de 214 (duzentos e catorze) institutos federais, sendo 64 (sessenta e quatro) na fase I e 150 (cento e cinquenta) na fase II, fechando o ciclo da gestão de Lula, deixando para o quadriênio 2011-2014 a previsão de implantar mais 208 novas unidades, chegando em 2018 com 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento (BRASIL, 2018).

Aumentar a oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cria oportunidades para jovens e adultos, especialmente os mais vulneráveis. A construção de novos *campi* nos municípios impacta o setor da construção civil, agrícola, industrial, além de gerar emprego e renda. As novas escolas, quando estiverem em funcionamento, levarão desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2024). No entanto, a expansão nas fases I, II, III e IV seguem com as mesmas características de acordo com Darós (2023, p. 7),

A instalação de novos campi dos IFs nos estados e municípios contou com diversas parcerias, especialmente com a esfera municipal. Prédios, terrenos e outras estruturas municipais foram doados e/ou emprestados ao governo federal para que os novos campi pudessem ser instalados. Todavia, tais estruturas, muitas vezes, não estavam bem-acabadas a ponto de atender às necessidades das comunidades dos campi dos IFs. Tal processo deve ser reconhecido do ponto de vista do aceleramento da abertura de novos campi, porém, prédios e terrenos, afastados dos serviços da cidade, sem equipamentos necessários para a vida estudantil, como restaurantes estudantis e espaços para descanso, também acabaram por impactar a permanência dos estudantes nos IFs.

Parece-nos que o círculo não se fecha e os discursos extrapolam o que deveria existir no cotidiano dos *campi*., por isso é preciso colocar em discussão o que está nas entrelinhas dessa proposta de formação para os jovens brasileiros. Podemos tomar como análise as condições estruturais em que se encontram os institutos já existentes. No *Campus* Paracambi, por exemplo, apesar da existência de um espaço improvisado para que os estudantes façam suas refeições, não é ofertado a eles, a alimentação escolar. Outros aspectos estruturais que podem ser apontados são a falta de quadra poliesportiva, alojamentos e acessibilidade nas dependências do prédio. Tomando



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

como exemplo, no local em que exerço profissionalmente a função de Pedagogo³, há ausência estrutura física, como quadra, refeitório e redução do número de profissionais, principalmente pelas reformas ocorridas após 2016. Mesmo assim, o *campus* atende aproximadamente 1503 (mil quinhentos e três) estudantes nos cursos oferecidos. Nesse sentido, a política pública de expansão dos Institutos Federais representa uma contradição fundamental: enquanto amplia o acesso à educação profissional para os setores populares e periféricos, ela simultaneamente se insere em uma lógica de reprodução e controle social hegemônico, conforme apontado pela influência do capital sobre as diretrizes educacionais. Tal contradição evidencia-se na coexistência entre o discurso inclusivo e os limites estruturais que a política possibilita, como a precariedade da infraestrutura física, a insuficiência de recursos para a permanência estudantil e a subdimensionada articulação socioeconômica que reafirma as desigualdades históricas brasileiras.

Desse modo, o surgimento das unidades dos Institutos Federais de Educação está atrelado as diversas condições econômica, estruturais, políticas e, principalmente, a capacidade de articulação do gestor municipal.

A Rede Federal atua na formação profissional por meio de instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, *Campus*, *Campus* avançado, polos de inovação e polos de educação à distância), especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação, com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, ofertando os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *latu e stricto sensu*.

A caracterização dos Institutos Federais, presente no artigo 2º da Lei Nº 11.982/2008, como instituições de educação superior, básica e profissional, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, permite que se compreenda os Institutos Federais como instituição que possuem uma identidade específica.

O artigo 6º dessa mesma lei caracteriza, enquanto objetivos dos Institutos Federais:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional

³ O campus IFRJ Paracambi foi construído no prédio da Antiga Fábrica de Tecido Brasil Industrial no século XIX, ingressei em 2016, mas foi possível perceber ao longo do tempo a diminuição dos servidores naquele ambiente.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Brasil, 2008).

O desenho institucional dos Institutos Federais nutre íntima relação com a ideia do desenvolvimento econômico e social do território, a partir das ações que eles podem vir a desenvolver junto à sociedade em geral e, em especial, aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Nessa mesma direção, o tripé ensino-pesquisa-extensão nos Institutos Federais assume uma referência em que a “identidade das instituições está relacionada aos projetos e programas mais amplos, constituindo a junção entre o local e o global, dessa forma, sobrepujando a identidade global a partir de uma identidade territorial” (Santos e Rodrigues 2017, p. 102). No entanto, esta mediação social enfrenta a tensão dialética entre o potencial transformador da educação e a concretização de interesses hegemônicos do capital, que moldam a própria oferta formativa, orientando-a prioritariamente para as demandas do mercado e da lógica produtiva dominante, que separa o trabalho dos meios de produção e tornando o trabalhador em mercadoria, ao mesmo tempo que o impulsiona a consumir, ou seja, o coisifica em todos os sentidos de suas vidas.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

Considerações Finais

As contradições observadas na política de expansão dos Institutos Federais nos mostram que houve a ampliação do quantitativo de vagas para os trabalhadores que buscam a Rede Federal de Educação, fato que dentro desse sistema é possível. A educação neste contexto atua decisivamente na formação para o trabalho, organização capitalista, na medida em que fornece as condições para ampliar os meios de produção e compreender os fenômenos científicos e tecnológico que o cerca

Constata-se, desse modo, que no caso do IFRJ, as seis unidades anunciadas no Rio de Janeiro (bairros Cidade de Deus/Parque Olímpico e Complexo do Alemão); Magé; Belford Roxo; Teresópolis; e, São Gonçalo, foi anunciado o investimento estimado para construção dos novos campi no valor de R\$ 150 milhões podendo gerar 8.400 vagas (IFRJ, 2024). Não podemos negar a importância da ampliação das vagas para a educação profissional nas diferentes etapas e ofertas, mas na totalidade está longe de resolver as demandas sociais, condições de acesso aos meios de produção, econômico e culturais, o que significa dizer que o sistema capitalista, tendo como lei geral o mercado, forma um exército de mão de obra, diante de um desemprego estrutural, tornando-se uma arena de disputa por trabalho, obrigando a estes aceitarem o que lhes é imposto, sem as mínimas condições para estes trabalhadores.

Nos territórios em que se instalaram os *campi* permanecem ainda como campo fértil para investigação crítica no âmbito das políticas públicas, de modo especial na Educação Profissional, seja no campo das ciências sociais, como nas ciências exatas. No contexto do sistema capitalista, a política de expansão representa de certa forma a manutenção da classe hegemônica, mas pode dentro desse sistema a educação profissional representar a mediação na busca por uma nova sociedade. A escola, de modo geral, se constitui em um dos espaços privilegiados para as bases da formação de um pensamento contra-hegemônico, na emancipação humana do trabalhador, o que significa dizer que a educação não muda a sociedade, tão pouco sem ela também não se consegue tal transformação.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

Importante indagar se é de fato necessário ampliar a oferta de vagas e expansão dos *campi* ou melhorar as estruturas físicas das unidades existentes, pois o interesse do estado brasileiro é ampliar o quantitativo e muitas vezes sem considerar a qualidade da educação oferecida.

As fases de expansão atreladas às reformas que se deram ao longo da história não ampliaram apenas as redes federais, mas também a iniciativa privada, com um volumoso investimento. Há uma ampliação da oferta da rede privada e na Educação Profissional que ainda não é o suficiente para atender a procura.

A necessidade de uma política pública que não seja apenas ampliação de vagas, mas que também atue criticamente nas condições estruturais de desigualdade, superando o discurso tecnicista e oferecendo materialmente condições para o pleno desenvolvimento dos sujeitos e da identidade institucional dos IFs, e que seja voltada para a dimensão social do território em pleno diálogo com a superação das contradições históricas que transformam a educação em instrumento de emancipação social, cumprindo assim o seu papel sociopolítico e econômico da sociedade em geral.

Algo nas aparências nas fases de expansão da Rede Federal de Educação que nos deixa com sentidos aguçados, pois há semelhança no surgimento dos Institutos Federais, ou seja, da mesma forma que os campi Petrópolis, Parque Olímpico, Belford Roxo e São Gonçalo apresentam imóveis com estrutura física de forma provisória e estrutura pessoal deficitária. É observado que a expansão das escolas federais criadas a partir de 2003 foram construídos de forma improvisada. Mesmo assim, no caso do IFRJ, as comissões responsáveis pela implantação das unidades vêm estabelecendo diálogo com as comunidades e funcionamento na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal 2018**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/68921-expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 08 ago. 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

BRASIL. **Lei 11.195, de 21 de novembro de 2005.** Expansão da oferta dos institutos federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111195.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. Disponível em: 1994. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942.** Cria a Escola Técnica de Química/RJ (ETFQ-RJ). Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Ministério da Educação. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11. Acesso em: 10 ago. 2025.

DARÓS, Michelli Aparecida. Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 3, e-6628346, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/W35bVdfhpxBcmtnQ4M3vBrB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

IFRJ. **Expansão do IFRJ:** novos campi no Complexo do Alemão, Parque Olímpico e Teresópolis em andamento. 03 abr. 2025. Atualizado em: 08 maio 2025. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/expansao-ifrj-novos-campi-complexo-alemao-parque-olimpico-e-teresopolis-andamento>. Acesso em: 12 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Critérios para definição de novos campi: arranjos produtivos locais, inclusão social e IDH.** Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2025/resolucao273-2025-completa.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>

JESUS, Kleberon Pierre Cardoso de. **Institutos Federais: uma conquista contra-hegemônica da classe trabalhadora**. 2023. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12655271. Acesso em: 26 ago. 2023.

JORNAL FOLHA DO AÇO. **Pirai é contemplado com unidade do Instituto Federal após reunião no Ministério da Educação**. 20 maio 2025. Disponível em: <https://folhadoaco.com.br/2025/05/20/pirai-e-contemplada-com-unidade-do-instituto-federal-apos-reuniao-no-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, Janaina de. **A formulação de políticas públicas, atores e ideias: expansão do ensino superior de 2003 a 2018**. Tese (Doutorado) - Programa de Política Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Araraquara, 2023. Disponível em: https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13901294. Acesso em: 26 ago. 2023.

SANTOS, Jailson Alves dos; RODRIGUES, José. **(Des)Caminhos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: contradições na trajetória histórica**. Marx e o marxismo, v. 3, n. 4, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/download/100/95>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SKROWONSKI, Daniela. **Educação profissional integrada ao ensino médio: uma análise da proposta no IFPR – campus Cascavel**. 2019. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4343>. Acesso em 08 ago. 2025.

Recebido em 10 de dezembro de 2025.

Aprovado em 10 de dezembro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268880, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268880>